Sumário

CAPÍTULO I – Direito Processual Penal

1. Constituição, democracia e princípios constitucionais
   1.1 Constituição
   1.2 Democracia
   1.3 Princípios constitucionais
2. Direitos e garantias humanas fundamentais
   2.1 Conceito, importância e diferenças
   2.2 A supremacia da Constituição sobre a legislação em geral
3. O processo penal democrático
4. Conceito de direito processual penal
   4.1 Autonomia do processo penal
5. Teoria geral do processo: visão crítica
6. Interdisciplinaridade entre penal e processo penal
7. Relacionamento do direito processual penal com outros ramos jurídicos
   7.1 Direito processual penal e constitucional
   7.2 Direito processual penal e civil
   7.3 Direito processual penal e administrativo
   7.4 Direito processual penal e tributário
   7.5 Direito processual penal e empresarial
   7.6 Direito processual penal e execução penal
   7.7 Direito processual penal e penitenciário
   7.8 Direito processual penal e infância e juventude
   7.9 Direito processual penal e militar
   7.10 Direito processual penal e eleitoral
8. Relacionamento do direito processual penal com outras ciências
   8.1 Direito processual penal e psicologia
   8.2 Direito processual penal e psiquiatria
   8.3 Direito processual penal e antropologia
   8.4 Direito processual penal e medicina legal
9. Sistemas processuais penais
   9.1 Sistema inquisitivo
   9.2 Sistema acusatório

9.3 Sistema misto
9.4 Opção do sistema processual brasileiro
10. Justiça retributiva *versus* justiça restaurativa
Resumo do capítulo

CAPÍTULO II – Princípios do Processo Penal

1. Introdução
2. Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo legal
   2.1 Dignidade da pessoa humana
      2.1.1 Aspectos do crime e a dignidade da pessoa humana
      2.1.2 Aspectos do processo e a dignidade da pessoa humana
   2.2 Devido processo legal
      2.2.1 Aspectos ligados ao crime
      2.2.2 Aspectos ligados ao processo
      2.2.3 A devida investigação penal
3. Princípios constitucionais explícitos do processo penal
   3.1 Concernentes ao indivíduo
      3.1.1 Princípio da presunção de inocência
         3.1.1.1 Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu *(in dubio pro reo, favor rei, favor inocentiae, favor libertatis)* e da imunidade à autoacusação
      3.1.2 Princípio da ampla defesa
      3.1.3 Princípio da plenitude de defesa
   3.2 Concernentes à relação processual
      3.2.1 Princípio do contraditório
      3.2.2 Princípio da isonomia das partes
   3.3 Concernentes à atuação do Estado
      3.3.1 Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da iniciativa das partes e da motivação das decisões
         3.3.1.1 O julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas e o juiz natural e imparcial
      3.3.2 Princípio da publicidade
      3.3.3 Princípio da vedação das provas ilícitas
         3.3.3.1 A ilegitimidade da utilização da psicografia como prova no processo penal
      3.3.4 Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar
      3.3.5 Princípios regentes do Tribunal do Júri
         3.3.5.1 Sigilo das votações
         3.3.5.2 Soberania dos veredictos
         3.3.5.3 Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida
      3.3.6 Princípio da legalidade estrita da prisão cautelar
4. Princípios constitucionais implícitos do processo penal
   4.1 Concernentes à relação processual
      4.1.1 Princípio do duplo grau de jurisdição

4.2 Concernentes à atuação do Estado
4.2.1 Princípio do promotor natural e imparcial
4.2.2 Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal
4.2.2.1 Mitigação da obrigatoriedade da ação penal
4.2.2.2 Delação premiada
4.2.3 Princípio da oficialidade
4.2.4 Princípio da intranscendência
4.2.5 Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato
5. Princípios meramente processuais penais
5.1 Concernentes à relação processual
5.1.1 Princípio da busca da verdade real
5.1.2 Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz
5.1.3 Princípio da indivisibilidade da ação penal privada
5.1.4 Princípio da comunhão da prova
5.2 Concernentes à atuação do Estado
5.2.1 Princípio do impulso oficial
5.2.2 Princípio da persuasão racional
5.2.3 Princípio da colegialidade
Jurisprudência selecionada
Resumo do capítulo

CAPÍTULO III – Evolução Histórica do Processo Penal

1. Introdução
2. Índia e Egito
3. Palestina
4. Grécia
5. Roma
6. A influência da igreja
7. Visigodos
8. Jurisdição eclesiástica
9. Portugal
10. Ordenações
11. Brasil
12. Constituição do Império do Brasil
13. Leis especiais
14. Código de Processo Criminal

Resumo do capítulo

CAPÍTULO IV – Fontes do Processo Penal e Interpretação da Lei Processual Penal

1. Conceito de fonte
2. Fontes materiais
3. Fontes formais
4. Conceito de analogia

5. Conceito de interpretação
6. Espécies de interpretação
    6.1 Interpretação literal ou gramatical
    6.2 Interpretação restritiva (ou limitativa)
    6.3 Interpretação extensiva (ou compreensiva)
    6.4 Interpretação analógica
    6.5 Interpretação sistemática
    6.6 Interpretação lógica
    6.7 Interpretação histórica
    6.8 Interpretação teleológica
    6.9 Interpretação histórico-evolutiva (*occasio legis*)
7. Outras formas de interpretação e fontes indiretas
    7.1 Quanto ao órgão ou pessoa qualificada da qual emana
        7.1.1 Autêntica
        7.1.2 Doutrinal ou judicial
            7.1.2.1 Doutrinal propriamente dita
            7.1.2.2 Jurisprudencial
    7.2 Quanto à forma
        7.2.1 Costume
        7.2.2 Princípios gerais de direito
        7.2.3 Equidade
        7.2.4 Tratados e convenções
        7.2.5 Brocardos jurídicos

Jurisprudência selecionada

Resumo do capítulo

CAPÍTULO V – Aplicação da Lei Processual Penal no Espaço

1. Princípio da territorialidade
2. Conceito de tratado e convenção
3. Regras de direito internacional
4. Exceção à regra da territorialidade
5. Conflito entre tratado e direito interno
6. Normas internacionais relativas aos direitos humanos fundamentais
7. Jurisdição política
8. Justiça especial
9. Tribunal de segurança nacional
10. Legislação especial

Resumo do capítulo

CAPÍTULO VI – Aplicação da Lei Processual Penal no Tempo

1. Regra geral
2. Normas processuais penais materiais
3. Ab-rogação e derrogação
4. *Vacatio legis*

Jurisprudência selecionada

Resumo do capítulo

Capítulo VII – Inquérito Policial e Outras Formas de Investigação

1. Introdução
2. Conceito de inquérito policial
3. Polícia judiciária
4. Outras investigações criminais
   - 4.1 Ministério Público e investigação criminal
   - 4.2 A possibilidade de a defesa promover investigação criminal
   - 4.3 Investigação particular
5. A classificação das infrações penais pela autoridade policial
6. Início do inquérito policial
7. Identificação da espécie de ação penal para efeito de investigação
8. *Notitia criminis*
9. *Delatio criminis*
10. Investigações criminais contra autoridades com prerrogativa de foro
11. Requisição, requerimento e representação
12. Negativa de cumprimento à requisição
13. Conteúdo da requisição, do requerimento e da representação
14. Recusa da autoridade policial à instauração do inquérito quando oferecido requerimento do ofendido e a questão da denúncia anônima
15. Procedimento da autoridade policial
    - 15.1 O princípio da insignificância
16. Indiciamento e constrangimento ilegal
17. Requisição de indiciamento
18. Motivação do indiciamento
19. O indiciado como objeto da investigação
20. Regras do interrogatório
21. Identificação criminal: dactiloscópica e fotográfica
    - 21.1 A coleta de material biológico para DNA e a presunção de inocência
22. Reconstituição do crime
23. Prazo para a conclusão do inquérito
24. Contagem dos prazos
25. Cômputo do período de prisão temporária
26. Prisão preventiva decretada durante o inquérito policial
27. Instrumentos do crime e objetos de prova
28. Particularidades do inquérito policial
    - 28.1 Inquisitivo
    - 28.2 Sigiloso
    - 28.3 Incomunicabilidade do indiciado
29. Relatório final
30. Indeferimento de novas diligências requeridas pelo Ministério Público
31. Inquérito como base da denúncia ou queixa e sua dispensabilidade
32. Termo circunstanciado

33. Curador
34. Arquivamento do inquérito e outras providências
    34.1 Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de informação
        34.1.1 Arquivamento de Procedimento Investigatório Criminal (PIC)
        34.1.2 Remessa do PIC à polícia judiciária com requisição de instauração de inquérito policial
    34.2 Utilização do art. 28 do CPP no caso da suspensão condicional do processo
    34.3 Requerimento de arquivamento em competência originária
    34.4 Arquivamento de inquérito de crimes contra a economia popular ou contra a saúde pública
    34.5 Recurso institucional contra arquivamento promovido pelo Procurador-Geral
    34.6 Obrigatoriedade de oferecimento de razões e o denominado arquivamento implícito
    34.7 Arquivamento indireto
    34.8 Arquivamento requerido pelo Ministério Público Federal
    34.9 Determinação judicial de retorno dos autos de inquérito à polícia para novas diligências
35. Trancamento do Inquérito Policial
    35.1 Trancamento de Procedimento Investigatório Criminal
36. Prosseguimento das Investigações após o encerramento do Inquérito ou de procedimento investigatório do Ministério Público

Jurisprudência selecionada

Resumo do capítulo

CAPÍTULO VIII – Ação Penal

1. Fundamento constitucional
2. Conceito de ação penal
3. Espécies de ação penal
4. Ação penal popular
    4.1 *Delatio criminis* ao Ministério Público
5. Processo e procedimento
    5.1 Pressupostos processuais
6. Início da ação penal
7. Condições genéricas da ação penal
    7.1 Possibilidade jurídica do pedido
    7.2 Interesse de agir
    7.3 Legitimidade de parte
        7.3.1 Curador especial
        7.3.2 Legitimação extraordinária
    7.4 A justa causa para a ação penal
8. Condições específicas da ação penal
9. Representação do ofendido
10. Requisição do Ministro da Justiça
11. Ação penal privada e suas particularidades
    11.1 Decadência
    11.2 Renúncia

11.3 Perdão
11.4 Perempção
11.5 Ação privada subsidiária da pública
11.6 Espécies de ação privada
11.7 Sucessão e menoridade no contexto do oferecimento de queixa
11.8 Situação de pobreza e exercício de cidadania
12. Conteúdo e formalidades da denúncia ou queixa
12.1 Denúncia ou queixa genérica
12.2 Denúncia ou queixa alternativa
12.3 Concisão da denúncia ou queixa
12.4 Retificação da denúncia ou queixa no seu recebimento
12.5 Rejeição da denúncia ou queixa pelo juiz e recebimento pelo tribunal
12.6 Recebimento ou rejeição parcial da denúncia ou queixa
12.6.1 A fundamentação da decisão que recebe a denúncia ou queixa
12.7 Poderes especiais para o ingresso de queixa
12.8 Exigência de prova pré-constituída para instruir a queixa
12.9 Aditamento da queixa pelo Ministério Público
12.10 Intervenção do Ministério Público na ação penal privada
12.11 Prazo para o oferecimento de denúncia e modo de contagem
13. Reconhecimento da extinção da punibilidade
13.1 Morte do réu
13.2 Certidão de óbito falsa
Jurisprudência selecionada
Resumo do capítulo

CAPÍTULO IX – Ação Civil ***Ex Delicto***

1. Conceito
2. Separação da jurisdição
3. Sentença condenatória como título executivo
4. Sentença concessiva de perdão judicial
5. Decisão de extinção da punibilidade pela prescrição ou outra causa
6. Revisão criminal
7. Extensão do ressarcimento do dano
8. Responsabilidade civil de terceiro e devido processo legal
9. Excludentes de ilicitude e formação da coisa julgada no cível
10. Existência de sentença absolutória penal
11. Vítima pobre e legitimidade de agir do Ministério Público
11.1 A eventual revogação do art. 68 do CPP pelo Estatuto da Advocacia
Resumo do capítulo

CAPÍTULO X – Jurisdição e Competência

1. Conceito de jurisdição
2. Princípios regentes da jurisdição criminal
2.1 Sobre a indelegabilidade da jurisdição
3. Conceito de competência

4. Competência absoluta e competência relativa
5. Quadro geral de competência
6. O lugar da infração penal como regra geral para a competência do foro
    6.1 O domicílio ou residência do réu como foro supletivo
    6.2 A matéria como regra específica de competência
        6.2.1 O conflito de competência entre a Justiça Eleitoral e o Tribunal do Júri
    6.3 A prerrogativa de foro como regra específica de competência
        6.3.1 Competência originária decorrente da prerrogativa de função ou da matéria
        6.3.2 Notas especiais em relação à competência excepcional de prerrogativa de função
            6.3.2.1 Magistrados e membros do Ministério Público
            6.3.2.2 A conciliação entre o foro privilegiado decorrente da prerrogativa de função e a competência constitucional do Tribunal do Júri
            6.3.2.3 Perpetuação da jurisdição em casos de foro privilegiado
            6.3.2.4 Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa
            6.3.2.5 Exceção da verdade nos crimes contra a honra
            6.3.2.6 Sobre a aplicação do art. 85 do CPP à hipótese da difamação
        6.3.3 Notas especiais em relação à competência excepcional quanto à matéria
            6.3.3.1 Pontos relevantes acerca da Justiça Militar
            6.3.3.2 A competência especial do juiz da execução penal
    6.4 A distribuição como alternativa à competência cumulativa supletiva
    6.5 Conexão e continência como regras de alteração de competência
        6.5.1 Conceito de conexão
        6.5.2 Conexão material e conexão processual
        6.5.3 Conexão e continência no contexto das infrações de menor potencial ofensivo
        6.5.4 Espécies de conexão
            6.5.4.1 Conexão intersubjetiva por simultaneidade
            6.5.4.2 Conexão intersubjetiva por concurso
            6.5.4.3 Conexão intersubjetiva por reciprocidade
            6.5.4.4 Conexão objetiva
            6.5.4.5 Conexão instrumental
        6.5.5 Conceito de continência
            6.5.5.1 Continência em razão do concurso de pessoas
            6.5.5.2 Diferença da continência por concurso de pessoas e da conexão por concurso
            6.5.5.3 Continência em razão do concurso formal de crimes
        6.5.6 Diferença entre crime único, conexão e continência
    6.6 A prevenção como critério residual de fixação de competência
7. Regras para a eleição do foro prevalente
    7.1 Competência prevalente do júri
        7.1.1 Descoberta da conexão ou continência após a prolação da sentença de pronúncia

7.1.2 Conexão e continência, prerrogativa de foro e júri
7.2 Jurisdição da mesma categoria
7.3 Jurisdição de categoria diversa
7.3.1 Exceção à regra quando a competência for estabelecida pela Constituição
7.4 Jurisdição comum e especial
7.4.1 Força atrativa da Justiça Federal em face da Justiça Estadual
7.4.2 Justiça Federal e contravenção penal
8. Exceções à regra da junção dos processos em caso de conexão e continência
8.1 Jurisdição comum e jurisdição militar
8.2 Justiça comum e Justiça da Infância e Juventude
8.3 Separação dos processos em face da superveniência de doença mental
8.4 Impossibilidade de julgamento de réu ausente
8.5 Separação dos processos em razão da recusa de jurados
9. Separação facultativa dos processos
9.1 Separação facultativa em caso de tempo ou lugar diferenciado
9.2 Separação facultativa em virtude do excessivo número de acusados
9.3 Separação facultativa em face de motivo relevante
10. Perpetuação da jurisdição em casos de conexão e continência
10.1 A composição lógica das regras previstas nos arts. 81, 82 e 492, § 1.º, do CPP
11. Conexão e continência no contexto das investigações policiais
12. Autoridade de jurisdição prevalente
13. Regras de aplicação da lei processual penal no espaço
13.1 Crimes a bordo de embarcações
13.2 Crimes a bordo de aeronaves
13.3 Regra residual de competência
Jurisprudência selecionada
Resumo do capítulo

CAPÍTULO XI – Incidentes Processuais

1. Introdução e conceitos
2. Questões prejudiciais
2.1 Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar
2.2 Prejudiciais homogêneas e heterogêneas
2.3 Prejudiciais obrigatórias e facultativas
2.3.1 Prejudiciais obrigatórias
2.3.2 Prejudiciais facultativas
2.4 Prejudiciais devolutivas e não devolutivas
3. Procedimentos incidentes
3.1 Exceções
3.1.1 Exceções de suspeição e de impedimento
3.1.2 Rol de causas de suspeição e de impedimento
3.1.3 Afirmação da suspeição ou impedimento de ofício
3.1.4 Procedimento para a recusa do juiz
3.1.5 Procedimento do juiz

3.1.6 Consequências da procedência da exceção
3.1.7 Suspeição ou impedimento em tribunal
3.1.8 Suspeição ou impedimento de membro do Ministério Público
3.1.9 Suspeição ou impedimento de peritos e outros auxiliares
3.1.10 Suspeição ou impedimento no Tribunal do Júri
3.1.11 Suspeição ou impedimento das autoridades policiais
3.1.12 Exceção de incompetência
3.1.13 Formalidades para a interposição da exceção de incompetência
3.1.14 Exceção de litispendência
3.1.15 Formalidades para a interposição da exceção de litispendência
3.1.16 Exceção de ilegitimidade de parte
3.1.17 Formalidades para a interposição da exceção de ilegitimidade de parte
3.1.18 Exceção de coisa julgada
3.1.19 Coisa julgada material e coisa julgada formal
3.1.20 Coisa julgada e coisa soberanamente julgada
3.1.21 Limites da coisa julgada
3.1.22 Formalidades para a interposição da exceção de coisa julgada
3.1.23 Petição única contendo mais de uma exceção

3.2 Incompatibilidades e impedimentos
3.2.1 Consequência do impedimento

3.3 Conflito de competência
3.3.1 Conflito de atribuição
3.3.2 Falso conflito de atribuição
3.3.3 Conflito em decorrência de conexão e continência
3.3.4 Procedimento para o conflito de competência
3.3.5 Outras possibilidades de conflito de competência
3.3.6 Desaparecimento do conflito antes do julgamento pelo Tribunal
3.3.7 Suspensão do processo em caso de conflito

3.4 Restituição de coisas apreendidas
3.4.1 Procedimento da restituição de coisas apreendidas
3.4.2 Apreensão de coisa adquirida com os proventos da infração
3.4.3 Prazo máximo para requerer a restituição

3.5 Medidas assecuratórias
3.5.1 Sequestro
3.5.1.1 Requisito fundamental para o sequestro
3.5.1.2 Procedimento do sequestro
3.5.1.3 Levantamento do sequestro
3.5.2 Especialização de hipoteca legal
3.5.2.1 Procedimento para a especialização
3.5.3 Arresto de bens móveis para garantia de indenização e despesas
3.5.3.1 Procedimento do arresto dos bens móveis
3.5.4 Finalização da especialização e do arresto
3.5.5 Alienação antecipada de bens

3.6 Incidente de falsidade

3.6.1 Procedimento do incidente de falsidade
3.6.2 Sobre os termos falsidade e documento
3.6.3 Efeitos limitados da decisão do incidente
3.7 Incidente de insanidade mental
3.7.1 Procedimento do incidente de insanidade mental
3.7.2 Internação do indiciado ou acusado em estabelecimento apropriado
3.7.3 Suspensão do processo em caso de superveniência de doença mental
3.7.3.1 A possibilidade de internação por prazo indeterminado antes da conclusão do processo
3.8 Incidente de ilicitude de prova
Jurisprudência selecionada
Resumo do capítulo

CAPÍTULO XII – Provas

1. Conceito e sentido de prova
2. Meios de prova
2.1 Prova emprestada
2.2 Provas ilícitas
3. Finalidade e objeto da prova
4. Ônus da prova
4.1 A inversão do ônus da prova
4.2 Momentos cabíveis para a produção de provas determinadas pelo juiz
5. Sistemas de avaliação da prova
5.1 A pronúncia e as provas do inquérito
5.2 Provas típicas e atípicas
6. Exame de corpo de delito e perícias em geral
6.1 Disposições gerais
6.2 Diferença entre corpo de delito e exame de corpo de delito
6.3 Confissão e corpo de delito
6.3.1 Exemplo histórico de formação da materialidade por confissão: o caso dos irmãos Naves
6.4 Formalização do laudo pericial
6.5 Necropsia
6.6 Exumação e inumação
6.7 Exame de corpo de delito em caso de lesões corporais
6.8 Exame de local
6.9 Exame laboratorial
6.9.1 A inexigência da colaboração do réu para a realização dos exames de laboratório, fornecendo material
6.10 Perícia em furto qualificado e crimes afins
6.11 Laudo de avaliação
6.12 Exame de local de incêndio
6.13 Exame de reconhecimento de escritos (grafotécnico)
6.14 Exame dos instrumentos do crime (o uso de arma de fogo no roubo)
6.15 Quesitos na realização de perícia

6.16 Exame por precatória
6.17 Divergência entre peritos e vinculação do juiz à prova pericial
6.18 Indeferimento da produção de prova pericial

7. Interrogatório
7.1 Conceito
7.2 Natureza jurídica do interrogatório
7.3 Obrigatoriedade do interrogatório
7.4 Interrogatório da pessoa jurídica
7.5 Presença do defensor
7.6 Interrogatório de réu preso
7.6.1 O interrogatório por videoconferência e a ampla defesa
7.6.2 Requisitos para a realização do interrogatório por videoconferência
7.6.3 Procedimento para o uso da videoconferência
7.6.4 Outros atos processuais e videoconferência
7.7 Efetividade da ampla defesa e a interferência do defensor antes do interrogatório
7.8 Classificação do interrogatório
7.9 Direito do acusado ou indiciado ao silêncio
7.10 Procedimento do interrogante e do interrogado
7.11 Colaboração das partes no interrogatório
7.12 Interrogatório em separado
7.13 Formas especiais de interrogatório
7.14 Curador ao réu menor de 21 anos e outros incapazes
7.15 Formalização do interrogatório
7.16 Renovação do interrogatório

8. Confissão
8.1 Conceito de confissão
8.2 Natureza jurídica e objeto da confissão
8.3 Espécies de confissão
8.4 Valor e fundamentos da confissão
8.5 Conceito de delação
8.5.1 Prós e contras da delação premiada
8.5.2 A delação premiada e suas fontes legais
8.5.2.1 Os abusos dos acordos de delação premiada
8.6 Critérios de avaliação da confissão e confronto com outras provas
8.7 Silêncio como elemento para o convencimento do juiz
8.8 Divisibilidade da confissão
8.9 Retratabilidade da confissão

9. Do ofendido
9.1 Conceito de ofendido
9.2 Diversidade entre ofendido e testemunha
9.3 Obrigatoriedade da sua inquirição
9.4 Valor probatório da palavra da vítima
9.5 Reperguntas ao ofendido
9.6 Vítima não comete falso testemunho

9.7 Condução coercitiva e processo por desobediência
9.8 Comunicação dos atos processuais ao ofendido
9.9 Assistência ao ofendido
9.10 Preservação da intimidade do ofendido
10. Prova testemunhal
10.1 Conceito de testemunha
10.2 Natureza jurídica
10.3 Classificação das testemunhas
10.4 Informante ou declarante
10.5 Pessoa como testemunha e formalidade do depoimento
10.6 Depoimento do menor inimputável comparsa do réu
10.7 Corréu como testemunha
10.8 Testemunho único
10.9 A importância do compromisso
10.10 Proteção à testemunha
10.11 Recusa da testemunha em fornecer dados qualificadores ou grau de parentesco ou afinidade
10.12 Recusa em depor
10.13 Formalidades da colheita do depoimento
10.14 Obrigação de depor e possibilidades legais de recusa
10.15 Proibição de depor
10.16 Impedimento legal para o compromisso
10.17 Produção de prova testemunhal pelo juiz e pelo Ministério Público
10.18 Colheita dos depoimentos em separado
10.19 Finalização do sistema presidencialista de inquirição
10.19.1 A ordem de inquirição das testemunhas e a geração de nulidade
10.20 Apreciação pessoal da testemunha
10.21 Contradita
10.22 Redação do depoimento
10.23 Influência do acusado na colheita do depoimento
10.24 Regularidade da intimação da testemunha e condução coercitiva
10.25 Depoimento por carta precatória, de ordem ou rogatória
10.26 Obrigatoriedade de participação do intérprete
10.27 Ausência, enfermidade e velhice da testemunha
10.28 Síntese para a prova testemunhal
11. Reconhecimento de pessoas e coisas
11.1 Conceito de reconhecimento
11.2 Natureza jurídica
11.3 Reconhecimento fotográfico
11.4 Formalidades para o reconhecimento
11.5 Valor do reconhecimento como meio de prova
11.6 Reconhecimento informal
11.6.1 Reconhecimento por meio de videoconferência
11.7 Reconhecimento de coisa

- 11.8 Reconhecimento coletivo ou em grupo
- 11.9 Reconhecimento de imagens e vozes

12. Acareação
    - 12.1 Conceito de acareação
    - 12.2 Natureza jurídica
    - 12.3 Valor da acareação
    - 12.4 Admissibilidade da acareação
    - 12.5 Objeto da acareação
    - 12.6 Requerimento das partes ou procedimento de ofício
    - 12.7 Procedimento do magistrado na condução da acareação
    - 12.8 Acareação à distância
13. Prova documental
    - 13.1 Conceito de documento
        - 13.1.1 Prova informática
    - 13.2 Regra para apresentação de documentos no processo
    - 13.3 Documentos nominativo e anônimo
    - 13.4 Fotografia do documento
    - 13.5 Valoração e licitude do documento
    - 13.6 Diligência de ofício
    - 13.7 Documentos em língua estrangeira e a pública-forma
    - 13.8 Finalização do processo e destino dos documentos
    - 13.9 Documento e "documentação"
14. Prova indiciária
    - 14.1 Conceito de indício
    - 14.2 Indução
    - 14.3 Integração entre indução e dedução
    - 14.4 Valor probatório dos indícios
    - 14.5 Diferença entre indício e presunção
    - 14.6 Contraindícios
        - 14.6.1 A formação do corpo de delito por indícios
15. Busca e apreensão
    - 15.1 Conceito de busca e apreensão
    - 15.2 Natureza jurídica
    - 15.3 Momentos para a sua realização
        - 15.3.1 A busca e apreensão determinada por Comissão Parlamentar de Inquérito
    - 15.4 Regras especiais de busca e apreensão
    - 15.5 Fundamento e proteção constitucional da busca em domicílio
    - 15.6 Fundamento e proteção constitucional da busca pessoal
    - 15.7 Mandado judicial certo e determinado
        - 15.7.1 A licitude da abertura das cartas fechadas, encontradas no domicílio do acusado, verificando-se a utilidade do seu conteúdo para a formação da prova
    - 15.8 Exigência do mandado judicial para a polícia
        - 15.8.1 A validade da prisão em flagrante, após a constatação de crime permanente, quando do ingresso abusivo em domicílio

15.9 Requisitos do mandado de busca e provocação para a sua expedição
15.10 Dispensa do mandado de busca pessoal
15.11 Formalidades para a realização de busca domiciliar
15.11.1 O cumprimento do mandado de busca e apreensão pela Polícia Militar
15.11.2 A legitimidade da diligência de localização de outros objetos ilícitos, completamente fora do objetivo estipulado no mandado de busca, permitindo a descoberta de delito ignorado
15.12 Locais equiparados a domicílio
15.13 Busca em território alheio
Jurisprudência selecionada
Resumo do capítulo

CAPÍTULO XIII – As Partes no Processo Penal

1. Juiz
1.1 O juiz como sujeito da relação processual
1.1.1 Atuação do magistrado no processo
1.2 Sujeitos e partes secundárias na relação processual e terceiros
1.3 Regularidade do processo e princípio do impulso oficial
1.4 Jurisdição como atributo fundamental da função do juiz e impedimentos
1.5 Suspeição do juiz
1.6 Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição
1.7 Criação proposital de animosidade por má-fé
2. Ministério Público
2.1 O Ministério Público como sujeito e parte na relação processual
2.2 Impedimento do representante do Ministério Público
2.3 Funções principais no processo penal
3. Acusado
3.1 O acusado como parte na relação processual
3.2 Indisponibilidade do direito de defesa
3.3 Inviabilidade de se exigir a colaboração do réu na produção de prova
4. Defensor
4.1 Critérios para nomeação, situação no processo e autodefesa
4.2 Desligamento da causa, ausência momentânea e defesa *ad hoc*
4.3 Nomeação no termo e impedimento
5. Curador
6. Assistência
6.1 Assistente de acusação
6.2 Intervenção do ofendido
6.3 Intervenção de outras pessoas como assistente de acusação
6.4 Intervenção da Ordem dos Advogados do Brasil em processos criminais nos polos ativo e passivo
6.4.1 A figura do *amicus curiae* no processo penal
6.5 Recebimento da causa no estado em que estiver
6.6 Corréu como assistente
6.7 Atribuições do assistente

6.7.1 Sobre a possibilidade de o assistente de acusação arrolar testemunhas
6.8 Oposição do Ministério Público à admissão do assistente
7. Funcionários da Justiça
7.1 Denominação
7.2 Suspeição
8. Peritos e intérpretes
8.1 Perito
8.2 Intérprete
8.3 Juiz atuando como perito ou intérprete
8.4 Disciplina judiciária do perito
8.5 Não intervenção das partes na nomeação do perito e sua atuação obrigatória
8.6 Impedimento dos peritos
8.7 Suspeição dos peritos
Jurisprudência selecionada
Resumo do capítulo

CAPÍTULO XIV – Prisão e Liberdade Provisória

1. Conceito de prisão cautelar
2. Fundamento constitucional da prisão
3. Espécies de prisão processual cautelar
4. Controle da legalidade da prisão
5. Conceito de liberdade provisória
6. Fundamento constitucional da liberdade provisória
7. Formalidades da prisão
7.1 A inconstitucionalidade e ilegitimidade da prisão especial
8. Análise das modalidades de prisão cautelar
8.1 Prisão temporária
8.1.1 A prisão para averiguação
8.1.2 A prisão-condução coercitiva decorrente de operações policiais
8.2 Prisão em flagrante
8.2.1 Flagrante facultativo e flagrante obrigatório
8.2.1.1 A prisão em flagrante nos crimes de ação privada ou pública condicionada
8.2.2 Flagrante próprio ou perfeito
8.2.3 Flagrante impróprio ou imperfeito
8.2.4 Flagrante presumido
8.2.5 Flagrante preparado ou provocado
8.2.6 Flagrante forjado
8.2.7 Flagrante esperado
8.2.8 Flagrante diferido ou retardado
8.2.9 Flagrante nos crimes permanentes e habituais
8.2.10 Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante
8.2.10.1 A efetividade do direito ao silêncio em face da prisão em flagrante
8.2.10.2 O relaxamento da prisão em flagrante promovido pela autoridade policial

8.2.10.3 A apresentação espontânea do autor do delito à autoridade policial e a prisão em flagrante
8.2.11 Controle jurisdicional da prisão em flagrante
8.2.11.1 Audiência de custódia
8.3 Prisão preventiva
8.3.1 Momento da decretação e período de duração
8.3.1.1 A justa medida da razoabilidade e da proporcionalidade na prisão cautelar
8.3.1.2 Prisão preventiva para forçar delação premiada
8.3.2 Requisitos para a decretação da prisão preventiva
8.3.3 Fundamentação da prisão preventiva
8.3.4 Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva
8.3.5 Modificações fáticas da situação determinante da prisão ou da soltura do réu
8.3.6 A apresentação espontânea do acusado
8.4 Prisão decorrente de pronúncia
8.5 Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível
8.5.1 A prisão para recorrer, o tempo de espera para o julgamento da apelação e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade
8.5.2 Prisão após decisão em 2.º grau
8.6 Medidas cautelares alternativas à prisão
8.6.1 Espécies de medidas cautelares
8.6.2 Requisitos para a decretação das medidas cautelares
8.6.3 Aplicação do contraditório e da ampla defesa
8.6.4 Descumprimento da medida cautelar alternativa
8.6.4.1 A decretação da prisão preventiva, para qualquer crime, em caso de descumprimento de medida cautelar alternativa
8.6.5 A detração no contexto das medidas cautelares alternativas
8.7 Prisão domiciliar
9. Liberdade provisória
9.1 Liberdade provisória com fiança
9.1.1 Hipóteses que vedam a concessão de fiança
9.1.2 Valor da fiança
9.1.3 Condições da fiança
9.1.4 Fiança definitiva
9.1.5 Consequências possíveis da fiança
10. Liberdade provisória sem fiança
10.1 Inviabilidade de concessão da liberdade provisória e contradição do sistema
10.2 Definição jurídica do fato e liberdade provisória
Jurisprudência selecionada
Resumo do capítulo

CAPÍTULO XV – Citação e Intimação

1. Conceito de citação

2. Formas de citação
    2.1 Citação por mandado
        2.1.1 Conteúdo do mandado de citação e demais formalidades
    2.2 Citação do militar
    2.3 Citação do funcionário público
    2.4 Citação do réu preso
    2.5 Citação por edital e por hora certa
        2.5.1 Conteúdo do edital
3. Suspensão do processo e da prescrição
    3.1 A suspensão do processo em face de citação por hora certa
    3.2 A inexistência de revelia, a ausência e seus efeitos processuais
4. Conceito de intimação
5. Procedimento para as intimações

Jurisprudência selecionada

Resumo do capítulo

CAPÍTULO XVI – Sentença

1. Conceito de sentença
2. Outros atos jurisdicionais
3. Natureza jurídica da sentença
4. Outras classificações
5. Conteúdo da sentença
6. Modificação da definição jurídica do fato
7. Correlação entre acusação e sentença
    7.1 O princípio da ampla defesa e a alteração da definição jurídica do fato, promovida pelo juiz, na sentença
8. Descoberta de elementar que provoque a alteração da definição jurídica do fato
9. Independência do juiz para julgar
10. Absolvição vinculada
11. Elementos da sentença condenatória
    11.1 A fixação do valor mínimo para a reparação civil do dano causado pela infração penal
    11.2 Detração e regime inicial de cumprimento da pena
12. Publicação e intimação da sentença
13. Efeitos da sentença condenatória

Jurisprudência selecionada

Resumo do capítulo

CAPÍTULO XVII – Procedimentos

1. Processo e procedimento
2. Procedimento e devido processo legal
    2.1 A regionalização do processo penal
3. Procedimento comum e procedimento especial
4. Procedimento comum
    4.1 Procedimento ordinário

4.2 Procedimento sumário
4.3 Procedimento sumaríssimo
5. Procedimentos especiais
5.1 Aplicação da Lei 9.099/95 aos procedimentos especiais
5.2 Modificações introduzidas pela Lei 10.259/2001 e confusão legislativa: um bom exemplo
5.3 Adoção do procedimento previsto na Lei 9.099/95 para os crimes contra idosos
5.4 Procedimento dos crimes falimentares
5.5 Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos
5.6 Procedimento dos crimes contra a honra
5.7 Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial
5.8 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos
Jurisprudência selecionada
Resumo do capítulo

CAPÍTULO XVIII – Tribunal do Júri
1. Origem histórica do Tribunal do Júri
2. O Júri na Constituição Federal
3. O Tribunal do Júri como órgão do Poder Judiciário
4. Competência constitucional para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida
5. A formação da culpa no procedimento do júri
6. O procedimento especial do júri e a fase de avaliação da admissibilidade da acusação
7. Pronúncia
7.1 Requisitos para a pronúncia
7.2 Conteúdo da decisão de pronúncia e sua influência sobre os jurados
7.2.1 A extensão da fundamentação da pronúncia
7.3 Os crimes conexos na pronúncia
7.4 Alteração da classificação do crime
7.5 Possibilidade de correção da pronúncia
8. Impronúncia
8.1 A inconveniência da impronúncia
9. Desclassificação da infração penal
9.1 A possibilidade de haver conflito negativo de competência após a desclassificação
10. Absolvição sumária
10.1 A absolvição sumária proferida por juiz togado e a competência constitucional do Tribunal do Júri para julgar os crimes dolosos contra a vida
10.2 Semi-imputabilidade
11. Intimação da pronúncia
12. Libelo crime-acusatório
12.1 Conceito
12.2 Consequências da eliminação do libelo
13. Fase de preparação do Plenário
13.1 Justificação
13.2 Desaforamento
13.3 Supressão de nulidade

13.4 Providências para o julgamento
14. Organização e composição do Tribunal do Júri e função do jurado
14.1 Organização do Júri
14.2 A composição do Tribunal do Júri e a garantia de ocorrência de um julgamento imparcial do réu pelos próprios pares
14.3 Composição do Júri
14.4 Função do jurado
15. Julgamento em Plenário
15.1 Formalidades iniciais
15.1.1 A legitimidade do empréstimo de jurados de um plenário para outro, formando-se o *quorum* mínimo para o início da sessão de julgamento
15.1.2 O alcance da publicidade do julgamento pelo Tribunal do Júri: a transmissão ao vivo pelos meios de comunicação
15.1.3 O uso de algemas pelo réu em plenário
15.2 Formação do Conselho de Sentença
15.3 Interrogatório do réu
15.4 Relatório do processo e leitura de peças
15.5 Produção da prova testemunhal
15.6 Debates
15.6.1 Os acordos feitos pelas partes antes de iniciar o julgamento em plenário e a soberania do Tribunal do Júri
15.6.2 O direito ao aparte
15.6.3 A inovação da tese de defesa durante a tréplica
15.6.4 A vedação a referências acerca de peças dos autos e situações processuais
15.7 Procedimento para o julgamento
15.7.1 O julgamento realizado em sala secreta e o princípio constitucional da publicidade
15.8 Quesitos e questionário
15.8.1 Regras para a redação do questionário
15.8.2 A viabilidade do quesito relativo à continuidade delitiva
15.8.3 A elaboração de quesitos em relação às agravantes e atenuantes
15.8.4 A iniciativa de propor a inserção do quesito de falso testemunho ou da falsa perícia no questionário
15.9 Votação em sala secreta
15.10 Sentença do Juiz Presidente
15.10.1 A desclassificação imprópria e suas consequências na votação do questionário e no julgamento da causa
15.11 Ata do julgamento
15.12 Atribuições do Juiz Presidente do Tribunal do Júri
15.12.1 O controle da eficiência da acusação pelo juiz presidente, do mesmo modo que deve fazer no tocante à defesa
Jurisprudência selecionada
Resumo do capítulo

CAPÍTULO XIX – Nulidades

1. Conceito
2. Atos inexistentes e irregulares
3. Princípios que regem as nulidades
    3.1 Não há nulidade sem prejuízo
    3.2 Não há nulidade provocada pela parte
    3.3 Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária
    3.4 Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa
    3.5 A nulidade de ato processual relevante pode desencadear a dos consequentes
4. Desatendimento de normas constitucionais
5. Nulidade em inquérito policial
6. Divisão legal entre nulidades absolutas e relativas
7. Espécies de nulidade absoluta
    7.1 Incompetência
        7.1.1 Coisa julgada e incompetência
        7.1.2 Anulação dos atos decisórios em caso de incompetência territorial
    7.2 Suspeição e impedimento
    7.3 Suborno do juiz
    7.4 Ilegitimidade de parte
    7.5 Ausência de denúncia ou queixa e representação
        7.5.1 Falta de assinatura na denúncia ou queixa
    7.6 Ausência do exame de corpo de delito
    7.7 Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador
    7.8 Falta de citação, ampla defesa e contraditório
    7.9 Falta da sentença de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia
    7.10 Ausência do réu e realização da sessão
    7.11 *Quorum* para a instalação da sessão do júri
    7.12 Sorteio do Conselho de Sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados
    7.13 Inexistência dos quesitos e suas respostas
    7.14 Ausência de acusação e defesa no julgamento pelo Tribunal do Júri
    7.15 Ausência da sentença
    7.16 Ausência de processamento ao recurso de ofício
    7.17 Ausência de intimação para recurso
    7.18 Falta do *quorum* legal para a decisão
    7.19 Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas
8. Espécies de nulidade relativa
    8.1 Infringência à regra da prevenção
    8.2 Falta de intervenção do Ministério Público
    8.3 Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa
    8.4 Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento do Júri, quando a lei não permitir que se faça com sua ausência
    8.5 A não intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade
    8.6 Ausência da forma legal dos atos processuais
9. Momento para arguição das nulidades relativas

10. Convalidação e contaminação das nulidades
Jurisprudência selecionada
Resumo do capítulo

CAPÍTULO XX – Recursos

1. Fundamento constitucional do recurso
2. Conceito de recurso
3. Natureza jurídica do recurso
4. Características fundamentais dos recursos
5. Efeitos dos recursos
6. Recurso de ofício
7. Particularidades gerais e aspectos formais dos recursos
   - 7.1 Desvio da administração pública no processamento do recurso
   - 7.2 Impossibilidade de desistência do recurso do Ministério Público
   - 7.3 Múltipla legitimidade recursal
     - 7.3.1 A divergência entre o réu e seu defensor quanto a recorrer
   - 7.4 Interesse recursal
   - 7.5 Pressupostos de admissibilidade dos recursos
   - 7.6 Impedimentos ao processamento ou conhecimento dos recursos
   - 7.7 Princípio da fungibilidade dos recursos
     - 7.7.1 O parecer do Ministério Público em grau de recurso e os princípios do contraditório, da ampla defesa e da igualdade processual
8. Recurso em sentido estrito
   - 8.1 Conceito
   - 8.2 Cabimento
   - 8.3 Processamento do recurso em sentido estrito
9. Correição parcial
   - 9.1 Conceito
   - 9.2 Natureza jurídica da correição
     - 9.2.1 Fundamento constitucional e aplicação prática
   - 9.3 Processamento
10. Reclamação
    - 10.1 Conceito de reclamação
    - 10.2 Fundamento constitucional
    - 10.3 Processamento da reclamação
11. Agravo em execução criminal
    - 11.1 Conceito de agravo em execução criminal
    - 11.2 Rito do agravo
12. Apelação
    - 12.1 Conceito de apelação
    - 12.2 Hipóteses de cabimento da apelação
    - 12.3 Legitimidade recursal do Ministério Público e de terceiros
    - 12.4 Processamento da apelação
    - 12.5 Trâmite no tribunal

12.5.1 A possibilidade de conciliar a vedação da *reformatio in pejus* e a soberania dos veredictos no Tribunal do Júri, quando houver nulidade do primeiro julgamento, reconhecida em apelação apresentada pelo réu
13. Agravo nos tribunais
13.1 Conceitos
13.2 Processamento
14. Protesto por novo júri
14.1 Conceito e razão histórica da sua existência
14.2 Inconveniência da manutenção do recurso e sua revogação
14.3 Consequências imediatas da sua revogação
15. Embargos de declaração
15.1 Conceito e extensão
15.2 Processamento dos embargos de declaração
16. Carta testemunhável
16.1 Conceito e natureza jurídica
16.2 Cabimento e processamento da carta testemunhável
17. Embargos infringentes e de nulidade
17.1 Conceito
17.2 Processamento
18. Recursos extraordinário e especial
18.1 Conceito de recurso extraordinário
18.2 Conceito de recurso especial
18.3 Distinção peculiar na aplicação do recurso especial e do extraordinário
18.4 Reexame de matéria de fato
18.5 Prazo e forma para a interposição dos recursos especial e extraordinário
18.6 Súmulas do STF e do STJ regulando a matéria
19. Recurso ordinário constitucional
20. Embargos de divergência
21. Normas disciplinadoras da competência recursal
Jurisprudência selecionada
Resumo do capítulo

CAPÍTULO XXI – Ações de Impugnação

1. Introdução
2. Revisão criminal
2.1 Conceito de revisão criminal e natureza jurídica
2.1.1 Alguns dados históricos
2.2 Polos ativo e passivo na revisão criminal
2.3 Revisão criminal em confronto com outros princípios constitucionais
2.3.1 A revisão criminal e a soberania dos veredictos no Tribunal do Júri
2.4 Hipóteses para o cabimento da revisão criminal
2.4.1 Um exemplo histórico de erro judiciário: o caso Mota Coqueiro
2.4.2 Revisão criminal de homologação de sentença estrangeira
2.5 Ônus da prova, oportunidade e reiteração do pedido
2.6 Órgão competente para o julgamento da revisão criminal e processamento

2.6.1 A possibilidade de libertação provisória do réu até o julgamento da revisão criminal
2.7 Indenização pelo erro judiciário
2.7.1 Estudos de erros judiciários
3. *Habeas corpus*
3.1 Conceito de *habeas corpus*
3.2 Origem no Brasil
3.3 Ampliação do seu alcance
3.3.1 O *habeas corpus* para anular o julgamento e a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri
3.4 Natureza jurídica
3.5 Espécies de *habeas corpus* e restrições à sua utilização
3.6 Direito líquido e certo e hipóteses de cabimento
3.7 Competência para conhecer do *habeas corpus*
3.7.1 Regras gerais
3.7.2 Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal
3.7.3 Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça
3.7.3.1 Prequestionamento em *habeas corpus*
3.7.4 Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais
3.7.5 Competência constitucional do Tribunal do Estado
3.7.5.1 Promotor de justiça como autoridade coatora
3.8 Legitimidade ativa e passiva
3.8.1. O particular como polo passivo no *habeas corpus*
3.9 Formalidades e condições da impetração
3.9.1 A decisão do juiz, o pedido de reconsideração e a impetração do *habeas corpus* no Tribunal
3.10 Concorrência do *habeas corpus* com outra ação ou investigação
3.11 A medida liminar em *habeas corpus* e outras providências cautelares
3.12 Processamento do *habeas corpus*
3.12.1 A restrição à produção de prova no *habeas corpus*
3.12.2 O ônus da prova no *habeas corpus*
4. Mandado de segurança
4.1 Conceito
4.2 Admissibilidade do mandado de segurança em matéria criminal
4.2.1 Competência constitucional do Supremo Tribunal Federal
4.2.2 Competência constitucional do Superior Tribunal de Justiça
4.2.3 Competência constitucional do Tribunal Regional Federal e dos juízes federais
4.2.4 Competência constitucional do Tribunal do Estado
4.3 Alguns aspectos do processamento
4.3.1 Medida liminar
4.3.2 Sujeitos ativo e passivo
4.3.3 Petição inicial
4.3.4 Litisconsórcio necessário

4.3.5 Direito líquido e certo
4.3.6 Prazo para ajuizamento
4.3.7 Custas, despesas e honorários
4.3.8 Efeitos da sentença sobre a liminar
4.3.9 Participação do Ministério Público
4.3.10 Recursos cabíveis
Jurisprudência selecionada
Resumo do capítulo

CAPÍTULO XXII – Reabilitação

1. Conceito de reabilitação
2. Procedimento
3. Recurso de ofício
4. Comunicação ao Instituto de Identificação
5. Revogação da reabilitação

Jurisprudência selecionada
Resumo do capítulo

CAPÍTULO XXIII – Relações Jurisdicionais com Autoridades Estrangeiras

1. Fundamento constitucional
2. Regras especiais
3. Homologação de sentença estrangeira para efeitos penais
   3.1 Formalidades para a homologação
4. Carta rogatória
   4.1 Conceito de carta rogatória
   4.2 Outras diligências
   4.3 Carta rogatória vinda do exterior

Resumo do capítulo

CAPÍTULO XXIV – Disposições Gerais do Processo Penal

1. Audiências dos juízos (ou Varas) e sessões dos tribunais
2. Publicidade dos atos processuais em geral
3. Comportamento em audiências
4. Realização dos atos processuais
5. Conceito de prazo e contagem
   5.1 O início da contagem quando a intimação for feita por mandado ou precatória
6. Retirada dos autos de cartório
7. Custas nos processos criminais
   7.1 A sucumbência e sua regulação no processo penal quanto à verba honorária
8. Estatísticas criminais

Jurisprudência selecionada
Resumo do capítulo

Bibliografia

Obras do Autor